

2013

ISA-UTL

Manuel Correia

[PRIORIDADES DA INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA EM ANGOLA]

[Escreva a síntese do documento aqui. Normalmente, a síntese é um breve resumo do conteúdo do documento. Escreva a síntese do documento aqui. Normalmente, a síntese é um breve resumo do conteúdo do documento.]

I SIMPÓSIO DA ASSESCA-PLP

HUAMBO – ANGOLA

PRIORIDADES DA INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA EM ANGOLA

Augusto Manuel Correia¹

1 - Introdução

Muito se tem discutido quanto à importância da agricultura como mola do desenvolvimento principalmente nos países subsaarianos e, naturalmente, quanto ao papel da investigação para o progresso do sector. Na realidade, e como referia Delgado em 1997 “as estratégias agrícolas são talvez a principal componente de todas as estratégias para o desenvolvimento” uma vez que, naquela região, o sector agrícola contribui com 70% do emprego, 40% das exportações e 33% do PIB. No caso de Angola, é certo que a agricultura não é relevante nem no caso das exportações nem o é para o PIB tendo em conta, as produções registadas e a exportação de petróleo. Porém, parece não restar qualquer dúvida que, a população angolana que depende da agricultura é ainda bem significativa pelo que, como acontece ainda em muitos outros países com desenvolvimento semelhante, deverá ser um sector privilegiado quer no combate à pobreza quer no direccionamento da investigação.

Contudo, e como referia já Correia (2003), o que se tem vindo a verificar é que, a importância que é dada à agricultura, independentemente do realce que possa assumir nos diferentes países em vias de desenvolvimento e com especial ênfase, para os subsaarianos, tem vindo a decrescer quer por parte dos doadores como pela parte das políticas agrícolas implementadas pelos diferentes países.

¹ Professor do Instituto Superior de Agronomia

Não sendo de acreditar que esta situação, pese embora o sector agrário tenha voltado ao discurso político com alguma força, se venha a alterar muito nos tempos mais próximos, parece-nos importante que, pelo menos as pessoas que de alguma forma estão ligadas ao sector como os que trabalham na investigação agrária e nas questões do desenvolvimento, tenham ideias claras sobre a melhor forma de se aplicarem os poucos recursos que terão à sua disposição

2 - Os paradigmas do desenvolvimento rural na África Subsaariana

Se é verdade que a agricultura nunca foi uma prioridade para os países africanos subsaarianos (Correia 2000), muitas têm sido as intervenções no sector pelo que, antes de nos debruçarmos no futuro, valerá a pena observar o que se tem passado no sector naquela região.

Delgado em 1977 referia “... os políticos africanos têm sido bombardeados nos últimos 25 anos com estratégias, por vezes contraditórias, para o desenvolvimento rural. O certo é que essas estratégias têm sido definidas, quase sempre, com base em modelos teóricos não testados mas que acabaram por ter influência directa na vida das pessoas”.

Para aquele autor, um aspecto notório das diferentes estratégias seguidas é o facto de que, na sua definição, poucos africanos terem participado o que, de acordo com Delgado, poderá ser uma das razões que terá contribuído para o relativo insucesso das intervenções feitas até à data.

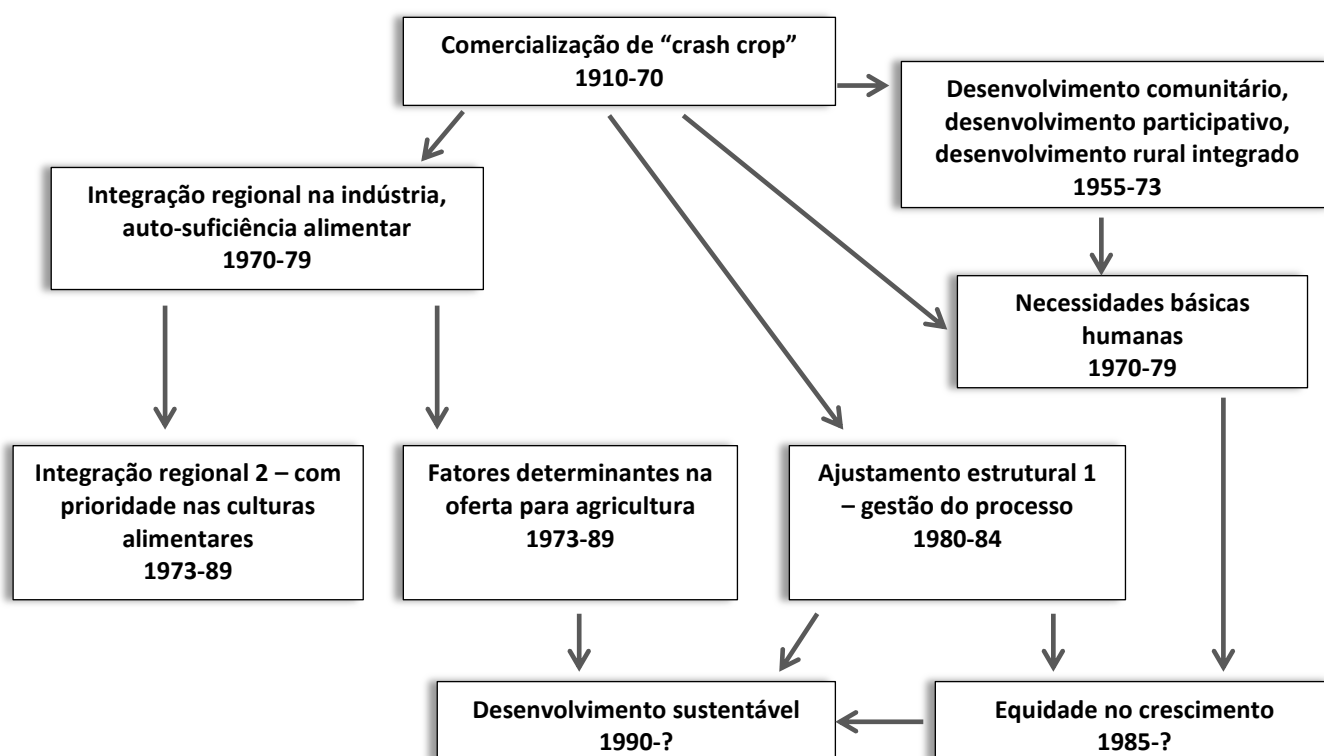
Delgado em 1997, apresentou, num artigo intitulado “Africa’s changing agricultural development strategies”, aquilo que denominou como os paradigmas dominantes do desenvolvimento agrícola em África que podemos resumir na figura n.º 1.

Como se pode observar, o primeiro paradigma inicia-se logo em 1910 mas, é com a independência dos diferentes países a partir da década de 50, que os paradigmas assumem uma posição de relevo com alterações relativamente constantes.

O primeiro, o da “Comercialização dos “cash crop”, inicia-se em 1910 e acaba por ter uma progressão e importância mais marcada a partir da Segunda Guerra Mundial. Nesta fase, as então potências coloniais deram um grande ênfase à investigação e experimentação agrícola criando-se, desde então, um conhecimento científico, por vezes muito avançado para algumas das culturas nomeadamente para a cana do açúcar, café, cacau, palmeira do dendém, coqueiro, sisal, algodão e posteriormente as frutas como a mangueira, ananás e banana. Nesta altura, a estratégia baseava-se

fundamentalmente na extensão, na assistência técnica e no capital proveniente do exterior e a agricultura, era vista, fundamentalmente, como uma fornecedora de matéria-prima para a indústria enquanto, pouco ou nada se investigava quanto à agricultura tradicional ou dos sistemas onde ela se integrava ou seja, aquela à qual, por força da natureza, a maior parte população se dedicava.

Figura 1. Paradigmas dominantes do desenvolvimento agrícola em África



Embora esta fosse uma fase em que, quer ricos como pobres podiam beneficiar, o certo é que o número de pobres não parou de aumentar o que levou a que, por volta de 1955 (1955 – 1973) apareçam então os conceitos de desenvolvimento comunitário e de desenvolvimento participativo (mais tarde o de desenvolvimento rural integrado) o qual, no fim do período colonial, apareceu como uma forte ideologia. O desenvolvimento começava assim a merecer uma melhor atenção criando-se então o acesso à escolarização, à saúde e a outros serviços básicos. Porém, estes esquemas continuavam a ser financiados pelas produções do primeiro paradigma pelo que, encerravam em si, alguma contradição.

Com o falhanço na redução do número de pobres, em 1970 (1970 – 1979), surge um novo paradigma, o das “Necessidades humanas básicas”. Neste caso, a estratégia assentava na resolução dos problemas dos pequenos agricultores e nas culturas alimentares em vez das de exportação. O objectivo tinha mais em conta o aspecto distributivo do que o do crescimento da produção. Por esta via, o sector agrícola onde este paradigma se implementou, transformou-se num mero fornecedor de produtos e capital para os outros sectores, com pouco interesse para o crescimento e sem desenvolvimento, o combate à pobreza torna-se falacioso.

Mais ou menos pela mesma altura (1970-1979), e concorrendo com o anterior, aparece um outro paradigma, “A integração regional na indústria e a auto-suficiência nacional em alimentos” como resposta à desaceleração do crescimento do mercado internacional e por forma a se encontrar uma complementaridade de abastecimento das indústrias regionais e o aumento de produtos alimentares uma vez que a importação destes, se mostrava cada vez mais onerosa. Porém, este paradigma também não trouxe novos incentivos para o incremento da produção.

A agricultura de exportação e a sua relação com os mecanismos económicos voltam à ribalta aquando do aparecimento de um novo paradigma entre 1980 – 1984. O “ajustamento estrutural 1 e a gestão da procura” tendo por base os hoje já famosos programas de ajustamento estrutural do Banco Mundial. Independentemente dos impactos macroeconómicos e ainda de acordo com Delgado (1997), no caso da agricultura, estes programas falharam estrondosamente na maior parte dos países africanos sendo, em muitos casos, veementemente denunciados por diferentes instituições embora se tenha reconhecido de imediato, que o desenvolvimento da agricultura deveria passar também, por alterações ao nível macro económico.

Na verdade, a reacção a esta estratégia fez surgir outras: Uma delas, denominada “Factores condicionantes da oferta na agricultura” (supply shiffers) apareceu entre 1973 e 1989 com uma atenção especial para a produção de produtos alimentares mas com um ênfase para o investimento público na investigação agrária, na extensão e nas infra-estruturas (situação esta que contrastava com as impostas pelo ajustamento estrutural) mas com base num mercado liberalizado com ênfase para a capacitação humana e institucional e para o desenvolvimento tecnológico. No entanto, este paradigma, tal como os anteriores, não dava grande atenção às áreas com baixo potencial produtivo que, em África, são a maioria. Na realidade, pese embora o sucesso obtido em algumas regiões, em África, as agências de

cooperação abandonaram este modelo tendo em conta o efeito negativo registado para o caso da pobreza e sustentabilidade dos sistemas.

Outra das estratégias tentadas entre 1973 e 1989 denominava-se “A integração regional 2, privilegiando as culturas alimentares”. Este paradigma foi desenhado em cima de um dos anteriores e apareceu como uma reacção aos preços dos alimentos e ao crescimento das importações daqueles bens que entretanto se começavam a verificar. Segundo os especialistas, o fundamento desta estratégia baseava-se numa política de protecção muito idêntica à assumida pela União Europeia pelo que, tal paradigma em África, sem a capacidade daquele gigante económico, praticamente não chegou a funcionar.

Depois do contra vapor criado ao clima gerado pela estratégia assente no ajustamento estrutural visando a macroeconomia, tentou-se então uma nova abordagem com os mesmos princípios mas, que tivessem em conta os seus efeitos sobre os mais pobres. Desta forma, desde 1985 foi lançado, em alguns dos países, o paradigma “Ajustamento estrutural 2, equidade no crescimento”. Como referia Delgado, além de enfatizar os factores determinantes da oferta, este paradigma dava e dá uma particular atenção ao potencial existente nas áreas rurais com excesso de mão-de-obra já que, são aquelas, onde se concentram a maioria dos pobres.

Finalmente, e já depois da guerra fria, em 1990 aparece o conceito de “Desenvolvimento sustentável” o qual, para além de subscrever as reformas políticas apontadas no “Ajustamento estrutural 1”, tenta também equacionar a degradação que se vem verificando na agricultura africana nas suas diferentes vertentes técnica, económica e institucional. Os defensores deste novo paradigma, que ainda se desenvolve em diferentes países, defendem que o aumento demográfico, a degradação ambiental e a estagnação dos proventos da agricultura deverão ser solucionados de forma integrada. Para tal, **a investigação agrária, a capacitação dos actores, as políticas de investimento e uma intensificação sustentável da agricultura voltam ao cerne das questões do desenvolvimento** pelo que, é de acreditar, que novas estratégias se seguirão.

Na realidade, muito se tem debatido nos últimos anos e muitos avanços e recuos se têm registado. É preciso por isso, uma consciência de todos actores para que, aprendendo uns com os outros, possamos todos, com base nas experiências do passado, perceber o que correu mal e fazer aquilo que moralmente estamos obrigados, procurar melhorar o nível de vida dos mais necessitados.

Porém o certo é que, no caso específico da região, os factos não deixam dúvidas, a África Subsaariana não tem conseguido combater eficazmente

os seus problemas de pobreza e fome pois, contrariamente ao que tem acontecido para a maior parte das outras regiões em vias de desenvolvimento, os indicadores referentes àqueles dois parâmetros continuam a progredir negativamente.

A identificação real e séria dos problemas que cada país enfrenta, neste caso do seu mundo rural e da investigação que a deve suportar, com base no envolvimento de todos os actores parece ser fundamental para o sucesso futuro uma vez que estratégias, por melhor que sejam, se partem de premissas falsas jamais atingirão os objectivos a que se propõem.

3 – Desafios actuais e futuros para a agricultura à escala global

Atendendo a que a população mundial em 2015 rondará os 9 mil milhões de pessoas, aceita-se que o aumento de volume em produção deverá rondar os 60% a nível global e que, nos países em vias desenvolvimento, esse aumento deverá ser de 80% já que o aumento demográfico ocorrerá fundamentalmente naquelas regiões. A juntar a este, a distribuição com equidade e o uso sustentável dos recursos naturais são outros dos principais desafios com que nos defrontaremos e em que os problemas deixarão de ser cada vez menos locais e cada vez mais globais. Se a isto juntarmos a incerteza nas produções trazidas pelo impacto das alterações climáticas, a cada vez maior necessidade de produção de biocombustíveis e a disponibilidade de terra agrícola cada vez mais limitada começaremos a ter a real dimensão dos desafios que nos esperam num futuro que, na realidade, já começou.

Aceitando-se que 90% do aumento das produções terá que vir do aumento da produtividade das culturas (uma vez que a terra disponível é cada vez mais escassa e a que se perde por erosão cada vez mais significativa) a questão que se coloca é a de sabermos se estaremos, nós investigadores, à altura de tal desafio?

É reconhecido que na África subsaariana o “gap” entre a produtividade actual e a produtividade económica potencial é de 76% (Gomes da Silva, 2012) e se é certo que parte substancial deste “gap” pode ser facilmente vencido com o conhecimento existente, a **investigação** jogará um papel determinante para se alcançar o respectivo êxito não apenas na descoberta de novas “tecnologias” mas fundamentalmente na percepção clara dos reais problemas a resolver e na forma como se fará a transferência da tecnologia que já está disponível para os pequenos agricultores, de longe o sector mais representativo no panorama agrícola da região, e que, de uma forma geral,

vive completamente alheada dos avanços tecnológicos que se vão conquistando.

4 - A Agricultura em Angola

De acordo com FAO, a população de Angola em 2050 rondará os 45 milhões (crescimento de 120%), das quais 80% constituirão população urbana.

O VAB agrícola representa actualmente cerca de 10% do PIB e o seu ritmo de crescimento tem sido relativamente elevado na última década (5% ao ano?) e cerca de 65% da população angolana terá algum envolvimento com a agricultura.

No essencial, Angola apresenta 2 tipologias diferentes para os seus principais agentes

- Sector Agrícola “tradicional” – representam 99,8% dos produtores, dominam 59,3% da área cultivada anualmente e possuem uma área média de 1,4 ha/família
- Sector “empresarial” de grande dimensão – representa 0,2% dos produtores, 40,7% da área cultivada anualmente e apresentam uma área média de 515 ha/empresa

Como refere Gomes da Silva (2012) - falta o sector agrícola familiar de média dimensão (a classe média da agricultura) que é a que pode assegurar o dinamismo, a resiliência e a evolução do sector. Na realidade, este parece ser um problema que no passado já esteve razoavelmente resolvido uma vez que, próximo das grandes empresas, normalmente produtoras de matérias-primas, os pequenos agricultores, sem deixar a sua agricultura de subsistência emigravam para um tipo de agricultura mista onde, para além da produção dos alimentos necessários para a sua sobrevivência, produziam também as “matérias-primas” que as grandes empresas compravam e assim injectavam no circuito massa monetária que os foi transformando em médios empresários pelo aproveitamento dos circuitos de comercialização criados pelas grandes empresas.

Ainda segundo Gomes da Silva (2012), o saldo da balança alimentar em 2011, foi de 3,4 milhões de US dólares (o que representa 4% do PIB) e as exportações agrícolas terão representado apenas 0,5% das importações daqueles itens. Este valor realça a dependência alimentar de Angola face ao exterior e longo caminho que a sua agricultura ainda terá de percorrer.

Uma das razões para tão grande dependência será, naturalmente, a baixa produtividade obtida pelos diferentes agricultores e cujas razões serão por vezes, fáceis de compreender e outras vezes, nem tanto tal é a complexidade dos factores em jogo e onde a investigação poderá ter necessariamente uma palavra a dizer.

5 – A Investigação Agrária na África Subsaariana

Uma das questões fundamentais quando tratamos da África Subsaariana é que ela tem sido tratada como um todo indivisível o que, logo à partida, nos garante uma margem de erro significativa quando partimos para generalizações que se nos afiguram fáceis. As diferenças edafoclimáticas, económicas e sociais fazem com que, facilmente, aquilo que é verdade numa determinada região, não seja recomendável noutra qualquer pelo que, o equacionamento e o respeito pelas diferentes especificidades deve ser cuidadosamente observado sob o perigo de incorrermos facilmente em erros, por vezes grosseiros.

Salvaguardando as especificidades de cada uma das realidades, Hazell e Haddad (2001) apresentaram para uma tentativa de definição das prioridades que se devem colocar à investigação agrária vendo-a, naturalmente, como uma alavanca de combate à pobreza a favor do desenvolvimento.

Se é certo, como refere Sambeny (2011), que não nos devemos esquecer, que a utilização adequada dos resultados de uma investigação agrícola por melhor que ela seja, ficará sempre dependente das políticas que forem definidas por cada um dos governos e da vontade de as implementar, também é verdade que, como referia John Crawford (in Whelan, 2003), “é preciso nunca esquecer que o objecto do nosso trabalho deverão ser sempre os beneficiários da nossa investigação”

Ainda de acordo com Whelan (2003) “a agricultura tem o incrível poder de promover o desenvolvimento sustentável. Com este, aparece a prosperidade, a paz e a segurança e naturalmente a liberdade para a população fazer livremente as suas escolhas de acordo com as suas convicções” já que, como aquela autora refere, “quando as pessoas têm que escolher entre alimentar a sua família ou mandarem as crianças para a escola, então não existe liberdade, da mesma forma, quando as pessoas têm

de utilizar semente da próxima campanha para a sua alimentação, também não existe liberdade de escolha nem segurança”.

Por isso, tal como aconteceu no passado em muitas regiões, a investigação agrária é fundamental para que se alcancem sucessos com os paradigmas que estão ou vierem a ser formulados.

5.1 - Definição das prioridades

A investigação deverá ter em conta algumas características locais e regionais do país assim como uma atenção sobre a investigação que já se faz na região e a nível internacional, nomeadamente a realizada nos Centros que constituem o sistema multilateral CGIAR (Consultative Group for International Agriculture Research) da qual aliás já há alguma experiência, e naturalmente dos parceiros bilaterais existentes em cada país.

No que respeita às características da região, Hazell e Handddad apontam as seguintes:

A – Características Nacionais

1. Políticas nacionais de liberalização e de desenvolvimento das infra-estruturas rurais. Neste aspecto, parece ser claro que os países que apostaram na liberalização (mais ou menos lenta) dos mercados e numa aposta clara de desenvolvimento das infra-estruturas rurais beneficiaram muito mais rapidamente do desenvolvimento.
2. Nível de renda *per capita* do país. Naturalmente que, quanto maior for a renda, maior será a capacidade financeira da população o que, teoricamente, ajudará a um reforço do mercado interno e poderá servir de mola ao desenvolvimento nomeadamente no incremento de emprego e ao aparecimento de pequenas agro-indústrias.
3. Percentagem de pobres urbanos. Naturalmente que, quanto maior for a percentagem dos pobres urbanos, a investigação agrária terá, pelo menos de forma directa, uma menor influência no combate à redução da pobreza.
4. Crescimento demográfico da população – O índice de crescimento demográfico registado e previsto, nomeadamente para a África Subsaariana, poderá escamotear os sucessos obtidos pela investigação agrária uma vez que, pelo crescimento demográfico esperado, o rendimento *per capita* poderá ser menor (Quadro nº 2)

B – Características Locais

- 1) Condições edafoclimáticas
- 2) Disponibilidade de mão-de-obra para os trabalhos agrícolas
- 3) Lei da terra, distribuição das terras e percentagem de pessoas sem acesso a esse factor
- 4) Infra-estruturas e serviços agrícolas básicos à disposição do mundo rural
- 5) Instituições locais e a sua capacitação nos mais diferentes desígnios de intervenção.

Pela conjugação das características atrás enumeradas podemos então obter regiões com características bem diferenciadas:

Quadro nº 2 População Mundial, 1995 e 2020

| REGIÃO | Nível Populacional | | Aumento da população | | Percentagem do aumento |
|---------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|------------------------|
| | 1995 (milhões, %) | 2020 (milhões, %) | 1995 (milhões, %) | 2020 (milhões, %) | |
| América latina e caraíbas | 480 | 665 | 185 | 38.5 | 10.1 |
| África | 697 | 1,187 | 490 | 70.3 | 26.7 |
| Asia, excluindo Japão | 3,311 | 4,421 | 1,11 | 33.5 | 60.5 |
| China | 1,221 | 1,454 | 233 | 19.1 | 12.7 |
| Índia | 934 | 1,272 | 338 | 36.2 | 18.4 |
| Países desenvolvidos | 1,172 | 1,217 | 45 | 3.8 | 2.5 |
| Países em desenvolvimento | 4,495 | 6,285 | 1,79 | 39.8 | 97.5 |
| Mundo | 5,666 | 7,502 | 1,836 | 32.4 | 100.0 |

Fonte : Nações Unidas, World Population Prospects : The 1998 Revision (Nova York: UN, 1999)

- a) Regiões localizadas em países de baixa ou média renda
- b) Regiões localizadas em países com os mercados liberalizados ou não
- c) Regiões com boas ou más condições edafoclimáticas para a prática da agricultura
- d) Regiões com baixos salários e mão-de-obra abundante *versus* regiões onde se praticam salários mais elevados e em que a mão de obra é escassa
- e) Regiões onde se verifique ou não a capacitação dos mais desfavorecidos.

Contrariamente ao que se referiu no início, nas características definidoras das estratégias a seguir, não aparece a participação da população nas opções a seguir. Isso acontece apenas porque a classificação é muito generalista mas, a nível local, a sua participação nunca deve ser esquecida.

A investigação agrária poderá assim contribuir para uma capacitação dos pobres se for feita de forma participativa mas, só por si, terá um impacto limitado para os que não tenham acesso à terra e a outros serviços públicos.

As novas tecnologias poderão influenciar a vida dos pobres apenas e só se forem complementadas por medidas sociais e políticas. Estas acções, poderão ter de incluir a lei e distribuição das terras, reformas dos mercados, acesso dos pobres ao crédito, criação de serviços públicos básicos nas zonas rurais acções que, pelo seu carácter, estão longe dos domínios da intervenção da investigação agrária mas que, não podem ser esquecidos se quisermos alcançar os objectivos. Por isso pode haver lugar ao aparecimento de novas parcerias nacionais ou mesmo internacionais.

5.2 - As Áreas de Investigação

Quais serão então as áreas de investigação, que mais poderão contribuir para ajudar a eliminar a pobreza e ao mesmo tempo alcançarem o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Hazzel e Haddad em 2001 as diferentes áreas que podem sustentar uma investigação agrária objectiva no combate à fome e à pobreza serão:

- a) – Investigação sobre culturas alimentares
- b) – Investigação sobre a potencialização das áreas menos favorecidas
- c) - Investigação sobre as pequenas plantações e as alternativas para a sua sustentação.
- d) – Investigação sobre o que fazer aos agricultores que vão ficando sem terra
- e) – Investigação sobre alimentos mais nutritivos
- f) – Investigação sobre alimentos enriquecidos
- g) – Investigação sobre tecnologias pós-colheita
- h) - Investigação sobre a capacitação dos mais desfavorecidos

São naturalmente áreas de investigação muito abrangentes e comportam, naturalmente, toda a complexidade dos problemas técnicos, económicos e

socioinstitucionais que os investigadores do desenvolvimento terão naturalmente que abordar. Por exemplo, as questões relacionadas com uma mais rigorosa gestão da água para a agricultura serão naturalmente equacionadas nas alíneas a e b isto é, os temas de trabalho deverão ser cada vez mais transversais por forma a equacionar os problemas no máximo possível da sua complexidade.

6 - A Investigação Agrária em Angola

Sob da coordenação de Zacarias Sambeny, Angola vê editados em 2011, dois volumes sob o título “A Investigação Agrária em Angola – Desafios e propostas” que é uma obra que traz a público o resultado de um longo diagnóstico realizado nos anos de 1996/1997, 2003/2004 e finalmente em 2007 assim como um conjunto de propostas para a sua reorganização. A FAO e a EMBRAPA tiveram também um papel relevante para a elaboração do estudo.

Embora grande parte da obra seja fundamentalmente sobre as propostas de natureza organizacional e institucional debruçar-nos-emos sobretudo no diagnóstico que foi feito de forma exaustiva

De acordo com aquele autor, “.. Até aos anos setenta, a investigação agrária foi em Angola um importante instrumento de política agrícola, utilizado pelo então governo colonial para gerar e adaptar tecnologias, produtos e processos e, assim, aumentar a produção, a produtividade e a qualidade dos produtos do sector. Nas últimas três décadas, as organizações de investigação passaram por um processo de perdas de quadro técnicos – de difícil reposição – tiveram as suas infra – estruturas danificadas ou destruídas pelos conflitos”.

Para Sambeny (2011) “ feito do diagnóstico, as informações obtidas indicaram que a organização actual dos Institutos de Investigação agrária não é capaz de atender às necessidades do País. Há deficiências nas infra-estruturas físicas e organizacional, na quantidade e qualidade dos recursos humanos, financeiros e no modelo de gestão dos recursos de investigação – em consequência, é proposto o modelo institucional para esta nova Organização, bem como os principais elementos que devem nortear o planeamento e a gestão institucional e os recursos humanos”

“Aliada aos efeitos indesejáveis dos conflitos armados. A ineficiência e a ineficácia do **modelo de investigação disperso**, teve um efeito altamente regressivo sobre a produção agrária em Angola, fazendo com que

actualmente, mais de 80% do consumo interno de produtos alimentares seja importada a um custo anual de quase mil milhões de dólares americanos, a despeito do aumento recente ocorrido na produção agropecuária, por efeito exclusivamente, do aumento da área plantada”.

De acordo com aquele diagnóstico “ A necessidade de recursos humanos bem treinados para formar uma massa crítica de investigadores é, sem dúvida, factor limitante para a investigação (I&D) no sector agrário angolano.

Para aquele autor “as limitações mais evidentes de um trabalho mais profícuo, situam-se na área técnica (inadequada cultura organizacional, prioridades e abordagens de investigação) e de recursos financeiros que sendo escassos inviabilizam a criação de condições propícias à efectivação de trabalhos de investigação científica. Como exemplo refere ainda que “Em termos de recursos materiais para o funcionamento do IIA, as limitações resumem-se na falta de laboratórios em quantidade e qualidade (das várias especialidades), equipamentos de informática e de comunicação, bibliotecas apetrechadas, infra-estruturas em fase de degradação como os meios rolantes e os equipamentos agrícolas e de sistemas de rega”

Para além do caso do IAA o estudo também se debruça sobre as diferentes Instituições de investigação como o Instituto de Investigação Veterinária (IIV), o Instituto de Café de Angola (INCA), Centro Nacional de Recursos Fitogenéticos (CNRF), o Serviço Nacional de Sementes (SENSE), o Instituto de Desenvolvimento das Florestas (IDF) e o Instituto Nacional de Cereais (INCER).

É de realçar que, talvez por não ser esse o objectivo, Sambeny não se faz qualquer referência à possível investigação a ser realizada nas diferentes universidades onde, para além da investigação a ser realizada pelos docentes, as diferentes teses de licenciatura, mestrado e doutoramento poderão ser pequenos ou grandes contributos para a obtenção de respostas adequadas aos diferentes problemas que o mundo agrário terá de enfrentar no país e que por isso deve ser tida em devida conta.

Embora naquele estudo se faça um diagnóstico pormenorizado sobre cada uma das instituições, Sambeny refere que, pelo o perfil das diversas instituições angolanas envolvidas em investigação agrária, se verifica a presença de constrangimentos comuns a serem superados, tais como: a ausência de uma massa crítica de investigadores, falta de concentração de esforços em áreas de investigação prioritárias; necessidade do aumento da competência técnica dos quadros de investigadores; pouca interacção entre as instituições responsáveis pela I&D do sector agrário; baixo nível de

cooperação entre os sectores público e privado; e infra-estruturas deficientes das organizações de investigação agrária.

Para aquele autor a correcção destas deficiências é indispensável para a criação de um sistema de geração e de transferência de tecnologia, para dar suporte efectivo ao desenvolvimento agro-pecuário e florestal sustentado de Angola.

Como que em conclusão Sambeny refere “Apesar dos esforços dos investigadores, a existência de um modelo de investigação dispersa, sem concentração de esforços nos principais problemas tecnológicos da produção e sem a integração dos conhecimentos em processo de produção, resultou no desempenho das organizações da investigação aquém das necessidades do país. O presente sistema de investigação agrária é um conjunto de organizações de investigação em condições precárias de infra-estruturas, de disponibilidade de recursos humanos, financeiros e organizacionais”

7 - As prioridades para a investigação agrária em Angola

Para se conseguir definir prioridades para a investigação é necessário que algumas condições prévias tenham de ser observadas para que se possa alcançar alguma coerência

- a) Saber quais os problemas queremos nós resolver com a investigação (estratégia)
- b) Haver um claro suporte político e também financeiro à estratégia definida
- c) Criação de uma massa crítica de investigadores que, dentro do possível, seja preparado em áreas fundamentais para o desenvolvimento do sector agrário atendendo à diversificação que podemos encontrar no país.
- d) Criação de condições mínimas para que os investigadores tenham as condições para o desenvolvimento do seu trabalho onde quer que se encontrem
- e) Investigadores que sem esquecer a sua valorização e progressão na carreira não invertam as prioridades do seu trabalho, isto é, que o seu ego nunca se sobreponha ao objectivo da sua investigação em prol do desenvolvimento do seu país.
- f) Ter a capacidade de colaborar nas redes de investigação regionais e internacionais por forma a se ter acesso às tecnologias disponíveis e que possam ser adaptadas ou testadas no território não descurando a

formação de uma rede nacional que potencie a investigação realizada nos diferentes locais.

8.1 - Problemas a estudar

Estrutura e dimensão da agricultura angolana – Cerca de 99% dos agricultores angolanos são considerados pequenos agricultores (agricultura familiar) ainda que com alguma diferenciação. Este facto, julgamos nós, é incontornável aquando da definição das prioridades

Sistema de recolha de informação estatística fiável para que se tenha um conhecimento ajustado da realidade que suporte as diferentes intervenções que a estratégia definir.

Níveis baixos de produtividade da terra determinada, entre outros, pelo facto de os ciclos culturais se efectivarem fundamentalmente com base no fundo fertilidade dos solos que naturalmente se vai esgotando.

Comercialização da produção agrícola cada vez mais tida como um dos principais factores limitantes ao desenvolvimento da agricultura angolana.

Conservação e transformação da produção agrícola importante quer para aproveitar combater alguma das perdas que se verificam por má conservação quer com potencializadora de produtos que conduzam a uma agro-indústria nacional representativa.

Outros aspectos importantes como o uso sustentável dos recursos naturais assim como a relação a desenvolver com a agricultura empresarial

8.1.1 – Prioridades de natureza Institucional

Estrutura e dimensão da agricultura angolana

O facto de 99% dos agricultores em Angola serem pequenos agricultores é um aspecto inultrapassável que é preciso encarar de frente e não fazer como se ele não existisse. A forma como, de acordo com a vontade destes agricultores, formos capazes de os transformar em agricultores cada vez mais eficazes através da capacidade de transferir para eles as tecnologias adequadas às suas reais necessidades residirá muito do sucesso que todos pretendemos para o sector agrário angolano e a investigação terá aqui muito trabalho aos mais diferentes níveis.

Como refere Gomes da Silva em 2012, neste segmento dos agricultores tradicionais não podemos correr o risco de os tratar uniformemente uma vez que pelo menos existem três tipos diferenciados.

- Os tecnologicamente “diferenciados” que com políticas e soluções adequadas evoluirão facilmente para outro patamar
- Os “intermédios” que precisam ainda de evoluir para a diferenciação
- Os “carenciados” os que, por várias razões, permaneceram ou regressaram ao isolamento e que, estando no limiar da pobreza, terão outras necessidades mais relacionadas com a sobrevivência

Eliseu Alves, *in* “A Investigação Agrária em Angola – Desafios e Propostas” de 2011, referia em relação à agricultura familiar:

“É comum afirmar-se que a tecnologia da agricultura comercial não se ajusta à demanda da agricultura familiar. Mas, é preciso perceber as razões, porque privar a agricultura familiar de uma tecnologia rentável é um erro lamentável. Há constrangimentos que devem ser ultrapassados para não estarmos a condenar a agricultura familiar ao fracasso e à contínua pobreza

- É preciso identificar os constrangimentos externos, como racionamento de crédito, tendo em conta as taxas de juros e o seu horizonte temporal

- O nível baixo de instrução do agricultor. O Substituto é um serviço de extensão rural competente e dedicado à agricultura familiar

- Discriminação do mercado de produtos, insumos e financeiro, pela qual os pequenos produtores pagam mais pelos insumos, recebem menos na comercialização dos produtos e pagam juros muito mais elevados se persistirem em buscar financiamento

- Inexistência de um sistema de aluguer dos diferentes tipos de mecanização

- Falta de acesso dos agricultores à comunicação, às estações experimentais e no processo de selecção de prioridades de investigação e execução e avaliação de tecnologia

- A tecnologia criada não se preocupa em que ela seja realmente adaptada às reais necessidades dos agricultores”

Um amplo campo para muito trabalho dos investigadores que a ela se queiram dedicar onde a identificação dos “diferenciados” tecnologicamente

poderá fazer a evolução para o nascimento de um empresariado médio agrícola que poderá aparecer no médio prazo como a mola propulsora da agricultura em Angola.

Sistema de recolha de informação estatística fiável

Para a definição de qualquer estratégia de desenvolvimento, a fiabilidade dos números com que a fazemos é de importância extrema. A colheita de dados do clima, dos itinerários culturais, das produções realmente obtidas, da caracterização dos agricultores e do seu modo de vida, dos rendimentos obtidos, dos factores de produção e do seu preço, dos mercados de comercialização, dos preços dos diferentes produtos, e muitos outros acaba por ser essencial para que se proceda a uma implementação de uma estratégia que tenha a ver com a realidade em que estamos a trabalhar. A recolha, o tratamento destes dados deverá obedecer a uma partilha nacional coordenada para se evitarem repetições desnecessárias.

Comercialização da produção agrícola

Reconhecida por todos como um das limitações mais importantes ao PLENO desenvolvimento da agricultura angolana já que se aceita que, o seu correcto desenvolvimento, despoletará, de imediato, um incentivo de todas as formas de agricultura que, pela falta dos mesmos, têm optado, muitas vezes, por não produzir para não ter que perder a produção por falta do seu escoamento. Esta comercialização terá de ter os dois sentidos para que seja realmente eficaz. Ela deverá conseguir não só trazer os factores de produção e outros elementos ao agricultor e ter também a capacidade de escoar os produtos produzidos na região onde existem. Os preços de venda dos factores e de compra dos produtos deverão ter a devida ponderação para não inviabilizar o sucesso e o desenvolvimento das regiões mais afastadas o que naturalmente também estará ligada á facilidade de escoamento rodoviário ou ferroviário que os produtos em causa possam merecer.

A identificação de novos produtos que possam ajudar a diversificação e a criar mais-valias no mercado interno ou externo será também muito importante.

8.1.2 – Prioridades de natureza Técnica

Níveis baixos de produtividade da terra

Tecnicamente, a baixa produtividade da agricultura angolana, é o problema que é mais visível mas também aquele que oferece um leque de soluções que serão de mais fácil equacionamento e capazes de fornecer soluções concretas mais rapidamente. Entre elas:

- Selecção das culturas a estudar e que sejam realmente importantes quer para alimentação da população como para uma possível internacionalização.
- Definição dos itinerários culturais para cada uma das culturas nas diferentes condições ecológicas onde possam ser feitas
- Utilização de fertilizantes (fertilização química e fertilização orgânica)
- Recurso, quando necessário e indicado, a espécies melhoradas (o que poderá conduzir a criação de bancos de germoplasma)
- Protecção das culturas
- Utilização adequada dos regadios e da água de rega nomeadamente dos pequenos regadios. À medida que a população urbana aumenta e se concentra no litoral, esta área será cada vez mais decisiva para uma agricultura eficiente e moderna que se deseja.
- Armazenamento e transformação dos produtos agrícolas
- Acesso ao crédito de quem realmente dele precisa em condições adequadas a cada uma das realidades rurais

Conservação e transformação da produção agrícola

A agro-indústria já teve no passado uma importância relevante para a economia de Angola. Quer como forma de potenciar uma parte significativa da produção agrícola quer como geradora de mais-valias e empregos poderá ser uma aposta fundamental para o sector. A identificação de fileiras mais adequadas que possam potenciar aqueles dois aspectos será naturalmente decisiva para o futuro do sector e poderá criar um valor acrescentado importante para o sector agrário. A mandioca, o milho, a banana, a cana do açúcar, os frutos, as hortícolas, o café e a palmeira do dendém serão, para começar, produtos que poderão ser melhor estudados e serem efectivamente um contributo real para a diversificação da economia e para o desenvolvimento económico dos agricultores.

Outros...

Não querendo correr o risco de diversificar muito as áreas de estudo, é natural que coisas novas venham a merecer alguma atenção desde que devidamente enquadradas. Assim a investigação sobre alimentos mais nutritivos, sobre alimentos enriquecidos poderão assumir também um papel relevante.

Sabendo que ainda hoje a maior parte da produção obtida é com base na exploração dos recursos naturais, deverá ser dada alguma atenção ao uso sustentável dos recursos.

Os investigadores deverão também estar atentos à procura de respostas e de tecnologias por parte da agricultura empresarial quando ela existir de forma sustentada. Para além de poder ajudar a financiar a investigação, aquele sector pode dar lugar à criação de um mercado trabalho em meio rural, ser um forte apoio à divulgação e transferência de tecnologias se apropriadas que, muitas vezes, se deseja e precisa como ainda poderão ser facilitadoras ao acesso dos mercados (factores e produtos) tal como já aconteceu no passado.

Bibliografia

Alves, Eliseu (2011) – Modelos de organização da investigação, *in* “A Investigação Agrária em Angola – Desafios e Propostas” Vol. I, Luanda.

Correia, A.M. (2004) - A importância na investigação agrária no desenvolvimento. Seminário Agricultura em Angola. Desafios e Perspectivas, pg. 36 - 57. Lubango. ISAPress.

Correia, A.M. (2003) – Serão os sistemas agrícolas tropicais sustentáveis? Desafios da Agricultura Tropical no Início do Milénio, SCAP, ISA, IICT

Correia, A. M. (2000) – Condicionantes africanas face ao incremento das necessidades alimentares do próximo milénio: estratégias. XVII Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, 22 pg., SBCTA, Fortaleza. – *Revista de Ciências Agrárias*, vol. XXIII, nºs 3 e 4, pg.96 – 119, Lisboa.

Correia, A. M. (1998) – A investigação como mola propulsora do desenvolvimento agrícola em África. 1^{as} Jornadas de Cafeicultura Angolana, Luanda.

Delgado, C. L. (1997) – Africa’s changing agricultural development strategies. A 2020 Vision for food, agriculture, and the development. 2020 Brief 42. IFPRI. Washington, D.C.

Gomes da Silva, F. (2012) “Contribuição para a definição de um modelo de desenvolvimento do sector agrícola para Angola”. A agricultura no atual contexto do desenvolvimento de Angola. XVI Jornadas Técnico-Científicas da Fundação Eduardo dos Santos

Hazell, P. & Haddad, L., (2001) – Agricultural research and poverty reduction. Food, Agriculture, and the Environment, Discussion Paper 34. Washington, D.C

Jazairy, I et al., (1992) – *The state of world rural poverty: An inquiry into its cause and consequences* in Hazell, P. & Haddad, L., (2001) – Agricultural research and poverty reduction. Food, Agriculture, and the Environment, Discussion Paper 34. Washington, D.C.

Sambeny, Zacarias (2011) – A Investigação Agrária em Angola – Desafios e Propostas, Vol. 1 e 2., Luanda

Sito, F.P (2006) – “História dos trabalhos de investigação do IAA após a independência”, 45º Aniversário do IIA, Chianga, Huambo.

Whelan, S. (2003) – Fulfilling the promise: the role for agriculture research. 2003 Sir John Crawford Memorial lecture. CGIAR, Washington, D.C.